

BASTIÃO DE PORTUGAL OU O PRÍNCIPE E AS MULHERES

Bastião of Portugal or the Prince and the women

Renato Bittencourt Gomes*

Para o povo miúdo, mais que pesar, uma dor. Mágoa. A morte teve um gosto errado, uma descaída do respeito. Desnorteante, cínico, quase imoral e mais que tragédia. Imaginem. Era como se de repente, no silencioso e gótico de uma igreja velhusca desfilasse uma mulher pelada (...) Virou herói. Marcou o momento de sua morte.

João Antônio

É de uma comoção nacional que vamos tratar, o desaparecimento do homem que encarnava todas as esperanças da nação. E começamos citando um texto de João Antônio sobre Getúlio Vargas: também temos, nesta margem do Atlântico, o nosso morto ilustre, o nosso cadáver inexplicável – muito embora o desaparecido da outra banda seja muito mais inexplicável na medida em que mesmo a existência de um defunto é contestada: não se diz que el-rei D. Sebastião, o capitão de Deus, *morreu* em combate, mas sim que *desapareceu*. Sobre isso, muito se escreveu e se escreve, a ponto de merecer um nome (*sebástica*) a coleção de livros sobre o monarca desaparecido. Em uma coleção assim, inserem-se duas séries de narrativas, as his-

* Aluno especial da Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná

toriográficas e as ficcionais, umas e outras todavia se sobrepondo e se confundindo. Neste trabalho, não se estabelecerá uma clara distinção entre elas. Em se tratando de D. Sebastião, temos uma continuidade entre lenda, mito e história, as instâncias iluminando-se reciprocamente. Mesmo ou principalmente na produção ficcional sebástica contemporânea, há uma contaminação fecunda entre a narrativa mais estritamente histórica e o livre exercício da imaginação. Assim, Amadeu Lopes Sabino¹ principia seu relato em uma senda historiográfica para depois insinuar o que poderia ter sido a vida do rei sobrevivente, enquanto Helder Macedo² constrói um enredo no tempo presente, com personagens que se inquietam sobre uma figura lateral na trajetória de D. Sebastião. História ou ficção, tudo é narrativa. Prefaciando um ensaio de Antonio Holfeldt, Mario Pontes fala de uma metamorfose sociohistórica que

foi captada com bastante presteza por contistas e romancistas – uma prova a mais da eficácia da literatura de imaginação enquanto instrumento de registro das alterações da realidade.³

Ao olhar desatento, as narrativas históricas e lendárias sobre D. Sebastião podem se apresentar como perdidas nas areias do tempo, assim como a tropa portuguesa perdeu e perdeu-se no areal de Alcácer Quibir, no Marrocos, no dia 4 de agosto de 1578, conforme o calendário cristão. Alcácer Quibir ou o Grande Castelo: o Grande Bastião. Esse monumental desastre configura a conclusão de um destino grande demais para uma nação muito diminuta em terras e gentes (“conquistas quase inexplicáveis empreendidas por um país tão pequeno e um povo tão reduzido”,⁴ “sebastianismo, culto das virtudes imperiais de um pequeno povo de comerciantes” – ILM, p. 70) e talvez não esteja tão distante da nossa pátria brasileira, por hipótese ou sem sombra de dúvida a maior realização portuguesa. Lá como aqui, carregamos um traço messiânico, parte de nossa herança judaico-cristã sempre se atualizando, e temos sim outros messias além de Getúlio, “o pai dos operários”. Arnaldo Jabor comenta que

¹ SABINO, Amadeu Lopes. O iluminado. In: _____. *O retrato de Rubens*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985 – doravante referenciado apenas como ILM.

² MACEDO, Helder. *Vícios e virtudes*. Rio de Janeiro: Record, 2002 – doravante referenciado apenas como VIV.

³ PONTES, Mario. Prefácio. In: HOHLFELDT, Antonio. *O gaucho: ficção e realidade*. Rio de Janeiro/Brasília: Antares/INL, 1982. p. 9.

⁴ HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 – doravante referenciado apenas como NRD.

surgiu, nos anos 1970, um homem novo: Lula, diante de um mar de proletários no ABC; finalmente, as multidões de operários haviam aparecido. Aí, começou a romaria em volta da aparição do messias operário, o ungido.⁵

Em outro texto,⁶ o mesmo articulista comenta a “religiosidade” messiânica que levou Lula ao poder”, a qual Luiz Inácio Lula da Silva procura acentuar quando, durante a crise do seu governo, em uma de suas falas reproduzida em vários jornais, em agosto de 2005, compara-se a presidentes anteriores, ainda que pretendendo eventualmente marcar um contraste em relação a alguns de seus antecessores, porventura foram mais populares e messiânicos:

Nem farei o que fez Getúlio Vargas, nem farei o que fez Jânio Quadros, nem farei o que fez João Goulart. Meu comportamento será o comportamento que teve Juscelino Kubitscheck.

Como vemos na bibliografia sebastiana – e naturalmente que em outras bibliografias não tão especializadas também –, o fenômeno messiânico tem entranhadas raízes e não cessa de brotar.

Mais que um comum fundo messiânico, o malogro da Jornada de África diz muito a nós brasileiros também porque (é possível conjecturar) sem a derrota dos nossos colonizadores não seríamos os que viemos a ser:

Em D. Sebastião coexistem fundos arcaísmos e claras percepções do futuro (...). Se tivesse derrotado Abdelmaleque, Marrocos teria sido certamente, para o império português, aquilo que, mais tarde, foi o Brasil. (ILM, p. 72)

No seu ensaio, talvez Jacqueline Hermann force a mão ao querer mostrar o sebastianismo como um caso particular do profetismo e do messianismo judaicos. Ora, é evidente que há essas raízes judaicas, mas precisamos considerar que os profetas do Velho Testamento estavam muito mais presentes na pregação dos sacerdotes do Portugal soberanamente católico de então do que nas homilias dos padres brasileiros de agora: a herança

⁵ JABOR, Arnaldo. Houve mais uma revolução fracassada. *O Estado de S. Paulo*, 28 jun. 2005, p. D10.

⁶ JABOR, Arnaldo. Esta crise não é política, é psiquiátrica. *O Estado de S. Paulo*, 16 ago. 2005, p. D10.

judaica já estava assimilada nos usos e costumes, nas crenças locais. Não obstante as inequívocas preferências, a autora também é capaz de elencar algumas características do Portugal do século 16 que dizem respeito não apenas aos descendentes das tribos de Israel mas sim a toda a nação lusitana e seus derivados, incluindo-se este Brasil. Demonstra a historiadora que havia pouco trânsito entre as províncias e a capital, pois aquelas eram literalmente interioranas, enquanto esta ficava de frente para o mar. O poder era centralizado e a atividade econômica se fazia por meio de e em dependência do Estado, que era inchado e burocratizado. Assim, vivia-se um misto de arcaico e moderno na casa lusitana quinhentista, situação muito semelhante à deste chão brasileiro do nascente terceiro milênio. Experimentamos as mesmas contradições há pelo menos quatro ou cinco séculos. Geograficamente numa posição de certo modo fronteira entre Europa e África, Portugal também vivia, naquele último quartel do século 16,

Perpassado, ao mesmo tempo, por práticas modernas, expressas na centralização do Estado e nas conquistas marítimas, e por sobrevivências medievais, presentes, por exemplo, no discurso de cruzada que ainda fazia do rei um grande cavaleiro. Portugal seria a expressão mais acabada desse período de transição para os tempos modernos. (NRD, p. 34)

A autora discute como a Batalha de Alcácer Quibir configura-se como um entroncamento de antigo e moderno, o último movimento do mundo medieval e o primeiro da modernidade. Medieval por seu espírito de cruzada, o que por si só já a coloca no centro da identidade portuguesa, constituída pela retomada das terras que estavam em poder dos mouros. Para Amadeu Lopes Sabino (ILM, p. 63), “D. Sebastião foi o último rei cavaleiro do Ocidente cristão.” Podemos mesmo dizer que seu espírito de cruzada e combate aos muçulmanos traça uma linha direta desde D. Afonso Henriques, o fundador do reino português, até ele mesmo, D. Sebastião, o fim da dinastia de Avis. Ao que se acrescenta o fato de a dita Jornada de África ter recebido adesão da nobreza e não da nascente burguesia. Por outra mão, o acontecimento é moderno porque, produzindo-se no seio de um Estado centralizado, estava imbricado nas relações de força do cenário europeu e mundial de então. Assim, indo pelear no Marrocos, D. Sebastião e Portugal estavam por um lado a combater os mouros, enquanto por outro se afirmavam diante da Espanha de Filipe II, que pretendia e mais tarde arrebatou para si o trono de Portugal.

Evidente o cunho imperialista na empreitada, chamada de Jornada de África, apenas, desconhecendo a específica terra a ser conquistada, o Marrocos. Desconhecimento trágico para os que foram combater os mouros em território mouro. Há quem sustente que querer dominar o Marrocos foi um erro, mas também há quem diga que

o que as pessoas queriam e ele foi levado a querer era as terras do Norte de África, o que não era loucura nenhuma, era até a opção mais sensata. (...) E em princípio muito mais viável do que seis meses de viagem para as especiarias da Índia e, já agora, menos imoral do que levar escravos para o Brasil. (...) Enquanto que no Norte de África havia boas terras para pasto e para cultivo ali mesmo na continuação do Algarve que ninguém ainda sugeriu que se deva devolver aos mouros ou mesmo pedir-lhes desculpas como está na moda (VIV, 2002, p. 30-31).

Inegável, porém, que militarmente foi um desastre, pois se D. Sebastião revelava uma grande coragem pessoal, muito afeito que era aos exercícios e jogos violentos, não se estabeleceu uma estratégia adequada. Educado pelos jesuítas, membros de uma ordem religiosa fundada por um ex-militar e configurada a partir de moldes militares, o jovem príncipe não lhes aprendeu a devoção da obediência e muito menos uma sabedoria da estratégia que faz a Companhia do capitão Inácio de Loyola estar na linha de frente da Igreja há quase cinco séculos, algumas vezes ao arrepio do papa do momento. É de se notar que, tal como D. Sebastião, santo Inácio nutriu-se de leituras de cavalaria, mas enquanto o guerreiro espanhol fundou uma das mais importantes ordens da cristandade, o príncipe lusitano ficou pelos devaneios. Quando quis ir aos fatos, malogrou. Assim afirmou Agustina Bessa-Luís, pela pena do seu personagem Belchior Teixeira: “Fazer a guerra exige estratégia, e essa ciência é-lhe desconhecida.”⁷ Tão mau estrategista que foi derrotado por um inimigo morto, conforme ensina a história, já que o líder marroquino morreu de doença ou veneno, mas seus lugares-tenentes ocultaram essa informação, de modo a não abalar o moral da tropa, por fim vitoriosa. Lucette Valensi,⁸ amparada em fontes inclusive árabes, argumenta que foram cometidos erros como o de ir combater no Norte da África no auge do verão, expondo os soldados aos piores rigores do calor, para o qual o equipamento militar europeu da época – a armadura – era evidentemente inadequado. Além disso, D. Sebastião aceitou provoca-

⁷ BESSA-LUÍS, Agustina. *O mosteiro*. 3. ed. Lisboa: Guimarães, 1984. p. 20. – doravante referenciado apenas como MTO.

⁸ VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 – doravante, referenciado apenas como FMM.

ções do líder marroquino e foi com a sua tropa se internar no território inimigo, numa região desconhecida. Desnecessário expor que, dominando a geografia local, os árabes levaram vantagem. Lá foram os lusitanos, de tantas glórias oceânicas, embrenhando-se naquele agreste, e o sertão do Magreb não virou mar. Anacrônico, D. Sebastião se comportou segundo as regras de combate da cavalaria, enquanto para os árabes se tratava apenas de uma guerra. A atitude do jovem Sebastião chega a ser uma teimosia e para o narrador de *O mosteiro* “ele personifica o ideal da cavalaria, ideal mutilado e que só é encarnado pelo exagero” (MTO, p. 204). Ecoando o narrador geral desse romance, o narrador-personagem Belchior Teixeira, historiador diletante, afirma que o nosso príncipe “Actuava conforme a regra das justas e dos torneios, desprezando o estilo da guerra moderna, tornada numa movimentação de exércitos.” (MTO p. 262)

Não resta dúvida de que o fato de valer-se de fontes árabes é um diferencial da pesquisa de Lucette Valensi, mas aqui temos um nó de posicionamentos. Rotineiramente, fontes e comentaristas são portugueses ou europeus em geral, de uma tradição cristã, o que em se tratando da Batalha de Alcácer Quibir quer dizer uma história escrita pelos vencidos. Os textos de origem muçulmana seriam a história dos vencedores da por eles chamada Batalha dos Três Reis, nome que alude ao fato de nela terem perecido três monarcas: o português e os dois marroquinos que disputavam o cargo de chefe da nação. Contada por uma francesa a partir de fontes árabes, a vitória se pronuncia duplamente, já que mais tarde o Marrocos se torna protetorado da França. Porém, o ensaio é posterior à autonomia marroquina e podemos considerar que o brilhantismo da pesquisa e da escrita, assim como a sensibilidade das suas observações, não nega que ali pode haver a consciência culpada do dominador querendo conhecer melhor a terra do dominado, querendo redimir-se.

Isso não diminui o valor do livro, que aborda a participação feminina nessa história com homens demais: as mulheres ficaram em Portugal e, com a derrota, vieram a ser viúvas e órfãs, a rezar e contar histórias. Eventualmente, a autora traz a marca feminina em títulos e subtítulos que evocam modos femininos do discurso: “Murmúrios, gemidos, silêncio”, “Ruídos e cochichos”, “Ecos longínquos”. Em Agustina Bessa-Luís, as mulheres ficaram na infância do monarca português, depois de terem formatado a sua psique: “A corte de mulheres em que se criou D. Sebastião, as mulheres de Avis, ríspidas e tutelares, bastava por si só para produzir um príncipe nefasto e um homem difuso.” (MTO, p. 238) E essa autora dirá ainda mais das representantes da linhagem de Avis: “Tudo nessas mulheres era orgulho: a piedade e o sofrimento.” (MTO, p. 174) Em Jacqueline Hermann, a presença feminina se fará na corte dos falsos reis, os homens que

disseram ou deixaram que outros dissessem que eles eram D. Sebastião, e também nas visões e transe das mulheres do povo que asseguravam ter contato com o soberano desaparecido, inclusive freqüentando o palácio encantado na ilha encoberta em que o monarca estaria oculto. Tais mistificações seriam formas mais elaboradas da inquietação feminina, presente já desde os primeiros momentos, plenos de incerteza sobre o resultado da batalha, sobre o desaparecimento ou morte dos combatentes:

O número de mulheres nas ruas em busca de novidades não deixou de chamar a atenção dos contemporâneos que citavam as que andavam em grupos, seguidas de suas criadas, ou nas igrejas, ou ainda gastando o tempo em devoções proibidas. (...)

Mas essas reações mais imediatas e difusas ganhariam maturidade e formas mais elaboradas com o passar do tempo e com a demora da volta dos entes queridos e do próprio rei, que a todos simbolizava. (NRD, 1998, p. 274)

Com extrema liberdade ante os fatos históricos, conforme possibilita o romance que se produz atualmente – para o qual já se constitui o conceito de *metaficção historiográfica* –, Helder Macedo põe no centro do cenário uma mulher, uma outra personagem encoberta no ciclo de D. Sebastião: D. Joana, sua mãe, princesa espanhola que foi a Portugal ser desposada pelo príncipe D. João, engravidou, teve a criança e voltou à Espanha, de modo que não viu o crescimento de seu filho, criado e educado por sua avó paterna, D. Catarina, e pelos padres da Companhia de Jesus. Meio que uma Maria de Nazaré, convocada apenas para parir o Messias. A história contada pelo romancista se passa em nossos dias e os protagonistas são o narrador e uma outra Joana, uma mulher moderna e em muitos sentidos livre, que é um duplo de D. Joana, a mãe do monarca. Pode-se dizer que esta Joana atual é mesmo libertina, licenciosa, o romance sendo perpassado constantemente de uma tensão sexual. O que nos interessa aqui é que o romancista, a partir do pesquisador Marcel Bataillon, informa que D. Joana e D. Isabel, sua mãe, tiveram ligação com a seita dos *iluminados*, ou *alumbra-dos*, à qual também esteve ligado Francisco de Borja, ou são Francisco Bórgia, que veio a ser o terceiro superior geral dos jesuítas.

Diz o narrador de Macedo sobre D. Joana:

Outra face, ou seria a mesma, da personalidade desta jovem tão ferozmente reservada foi a sua atração por cultos de devoção interior praticados por diversos dos reformistas heterodoxos que nesse tempo se ocultavam debaixo das sombras nefárias da Inquisição.

O culto que mais de perto parece ter atraído a princesa Joana e, antes dela, a mãe, Isabel de Portugal, foi o dos iluminados ou alumbrados. Era uma heresia que, na terminologia de hoje, se poderia caracterizar como “feminista” já que o seu culto do divino era exercido na pessoa da mulher amada.

(...)

Como os inquisidores prontamente acentuaram em numerosos processos elaborados no tempo da jovem princesa (...), o culto de Deus pelo feminino não se teria portanto limitado à contemplação da mulher amada e pressupunha um fiscalidade mais atuante à qual a impecabilidade inerente a essas mulheres santificadas retirava qualquer noção de pecado. Atribuíram, assim, aos alumbrados, uma licenciosidade ... (VIV, p. 127-28)

No seu conto, Amadeu Lopes Sabino constrói uma espécie de fábula em que, depois da derrota, D. Sebastião teria se tornado um penitente (como já se pôde ver em Aquilino Ribeiro)⁹ e mais tarde um alumbrado. É de se notar que o personagem deixa de ter um nome desde o dito episódio de Arzila, marco zero do sebastianismo, passando a ser chamado de “o homem de negro”, “o homem que se perdera” ou meramente “o homem”. A rigor, nada na flor do texto indica que esse homem é D. Sebastião, exceto duas rápidas menções à montaria do monarca, pois na manhã da batalha “D. Sebastião monta o Pérsio” (ILM, p. 78) e mais tarde “O meu cavalo Pérsio espera-me de novo – disse o homem” (ILM, p. 91) – o que de certa forma é uma retomada das últimas palavras de D. Sebastião proferidas em meio à batalha e registradas pela história: “Meu cavalo não sabe recuar.” Em apenas uma frase, a arrogância juvenil e o código de honra da cavalaria. O conto de Lopes Sabino é a narrativa de uma iniciação, uma perdição e uma redenção. Vencido o seu período de penitente, o “homem que se perdera” encontra abrigo e afeto com uma senhora em Sevilha. Depois de uma noite de amor em que ambos se transfiguram – ela, transtornada em febre; ele, tornando-se também visualmente iluminado –, o homem parte novamente. Será reencontrado depois, na fogueira de um auto-de-fé, mas aí as chamas já não podem derrotar “o homem que se perdera e se encontrara”. Não há uma exposição didática sobre o que foi a seita dos alumbrados, de modo que há necessidade de um conhecimento prévio por parte do leitor, que assim poderá compreender melhor certas alusões do texto. Porém, o autor constrói sua narração de modo que a leitura também seja fruída por quem não dispõe dessa bagagem.

⁹ RIBEIRO, Aquilino. *Aventura maravilhosa*. Lisboa, Bertrand Editora, 1985 – doravante referenciado apenas como AMA.

Com seu *Cavaleiro andante*¹⁰ (edição original de 1983), Almeida Faria aplica elementos sebásticos para narrar as vivências de uma família portuguesa espalhada por Portugal e pelo mundo em uma realidade semeada pela Revolução dos Cravos. É um romance em grande parte epistolar, de modo a enfocar os vários familiares. João Carlos, aviador com fumos de literato, é o *alter ego* do autor. É em João Carlos que vemos mais bem expressas as incertezas do após Revolução e de sempre, os questionamentos da identidade nacional, a afirmação portuguesa diante das outras nacionalidades. O sebastianismo é um refrão pelo qual se articula o discurso dessa identidade, dessas incertezas:

Será que vão enfim realizar-se as profecias do Bandarra, que prometeu um Quinto Império a quem perdeu o seu? Será que um rei amado porque louco, incompetente e morto, em breve retornará, não para de novo nos lançar em perdidas batalhas, mas para nos salvar de todas as desgraças e ameaças de maiores males? Será que o Alumiado trará consigo o abre-te-sésamo da fortuna e progresso, ou por nossos pecados é preciso partir à procura da chave que abrirá a cave onde se esconde e não encontra o Graal? (CAD, p. 8-9)

...recordam o verão de há quatro séculos, quando a melhor parte deste povo seguiu para o deserto atrás de um rei narcísico que procurava o espelho das miragens para nele descobrir ao mesmo tempo a sua morte e a sua identidade, suicida contra nada e tudo, contra o rei deste e do outro mundo. (CAD. 43)

Nestes coriscos, resumem-se e conjugam-se fé e crítica, esperança e visão da realidade. O carinho pela pátria e a simpatia pelo monarca perdido não obscurecem os percalços de uma e de outro, e o livro é uma crônica inquieta. Já em *O conquistador*,¹¹ o mais recente romance de Almeida Faria, publicado originalmente em 1990, o tom desloca-se para a farsa, mesmo a picaresca, construindo uma narrativa em tempos atuais, paródica e irônica. Seu protagonista é um outro Sebastião, o filho de um faroleiro, e suas peripécias são uma comédia paralela/oposta à tragédia do rei D. Sebastião. Antes de mais nada, o título é irônico, pois D. Sebastião foi um conquistador malgrado, tendo sido derrotado pela praça que quis arrebatar, enquanto o Sebastião contemporâneo é um conquistador, mas de mulheres. Hiper-

¹⁰ FARIA, Almeida. *Cavaleiro andante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987 – doravante referenciado apenas como CAD.

¹¹ FARIA, Almeida. *O conquistador*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993 – doravante referenciado apenas como CQT.

sexualizado, é o oposto do rei que porventura morreu virgem, além de haverem suspeitas sobre sua virilidade. De todo modo, D. Sebastião não se casou, sendo antes um solitário. Sebastião, o filho do faroleiro, por sua vez, aprecia a companhia feminina:

Sempre me dei bem com as mulheres, mas a minha preferência vai para as tímidas e discretas, em geral mais subtis e mais dubitativas. Sou alérgico às que (...) falam de mais sobre isso e aquilo, desde o almoço da véspera até aos achaques da vizinha. (...) mesmo assim achava preferível a companhia delas a ter que aturar as bazófilas, balelas e verdades eternas dos representantes do meu sexo. (CQT, p. 127)

Se este Sebastião chega a se envolver com uma sociedade secreta que crê ser ele reencarnação do rei encoberto, mais tarde deserta do grupo e se recusa a ser um duplo do monarca: “Fiz o que o Outro não fez.” (1993, p. 129) Seu apetite pelas mulheres, sua entrega a elas faz parte ou antes é o principal componente deste desejo de distinção.

Mas por que essa recorrente preocupação com a sexualidade do jovem príncipe na literatura e nos ensaios históricos? Sensível para abordar a presença feminina como um lado obscuro da lenda de D. Sebastião, Lucette Valensi sugere o aspecto equívoco da sua sexualidade quando comenta as dificuldades e os interesses dinásticos que se articulavam no seu entorno:

Feitas as devidas verificações, Sebastião tinha todos os requisitos para ser esposo e pai. Mas não gostava de mulheres. Gostava de Deus e das armas, o que na península Ibérica do após-Reconquista conduz à cruzada. (FMM, p. 12)

Ora, nas monarquias hereditárias a virilidade, a capacidade reprodutiva do soberano é questão de Estado – trata-se da sucessão no trono, da continuidade do reino. Trágico que D. Sebastião não deixasse herdeiro, de modo que Filipe II de Espanha encampou o reino alegando direitos dinásticos. Assim, os falsos D. Sebastião que surgiram – e foram quatro – têm um cunho de resistência à dominação espanhola, bem como nas farsas que se construíram em torno deles estava prevista a produção de um príncipe herdeiro. O falso rei chamado de “o pasteleiro de Madrigal”, Gabriel de Espinosa, era amasiado com uma mulher do povo e pai de uma menina. A trama de que participou chegou a envolver D. Ana de Áustria, sobrinha de

Filipe II. Apesar de monja, D. Ana pareceu disposta a ser desposada por aquele que seria D. Sebastião, tornando-se rainha de Portugal.

Os protagonistas de *O mosteiro*, de Agustina Bessa-Luís não serão nobres ou religiosos, mas sim uma família de proprietários rurais do norte de Portugal. O protagonista propriamente dito é Belchior Teixeira – familiarmente, Belche. Desde já o nome desse historiador diletante, “que para corrigir uma monotonia muito semelhante à felicidade, começou a escrever ‘apontamentos fabulatórios para a história de D. Sebastião’” (MTO, p. 124), é um nó de signos: uma das acepções de *belchior* é a de “alfarrabista”, palavra de origem árabe, e *elche* é um “cristão convertido à religião muçulmana”. Todavia, o nosso Belchior é muito português na sua origem e na sua ambientação rural, nos modos de ser de sua família – modos de ser e origens rurais que ainda dizem muito a nós, brasileiros. Novamente encontramos em Portugal as raízes de uma forma de se posicionar no mundo que são muito nossas, muito deste Brasil. Assim se entende a referência da autora ao que teria sido a criação de D. Sebastião em uma corte repleta de mulheres, porque este é um aspecto que ela ressalta na família Teixeira, que é uma espécie de resumo de Portugal:

Demasiadas mulheres num recinto habitado pelas suas forças e lidas várias. Não mulheres fúteis e madraças, mas sim possuídas dum avidez de informação e de posse e em que o homem, como imagem concreta do prazer, era excluído; para ser só invejado, de maneira dissimulada até na forma lutuosa do respeito, na vida, ou na morte. (MTO, p. 9)

O viveiro era como chamava (...) à casa. Nela esvoaçavam as mulheres, com os seus caprichos e sacrifícios, a sua impertinência face à realidade que elas desprestigiavam, porque era quase sempre uma lei, um estorvo, uma certeza. Não amavam a certeza, combatiam-na a todas as horas através de finos silogismos, de hábeis mensagens de contradição. (MTO, p. 60)

O primo José Bento é de certa forma o antípoda de Belche, pois vai sendo formado de modo desgarrado e frívolo: “Maria Rosa ia fazendo do filho um cavalheiro, cosmopolita, insincero e inclinado à alta cultura.” (MTO, p. 11) Por seu turno, Belche teve a tradicional educação dos inicianos e, contrariamente a D. Sebastião, bem aprendeu com seus mestres: “Belchior educou-se com os jesuítas, que o aconselharam a não desprezar o mundo ...” (MTO, p. 27) A aldeia é a matriz da qual se enxerga o orbe: “A província, quem não a viveu e dela desertou não sabe nada do mundo.” (MTO, p. 52)

José Bento vai se afirmando perante Belche como o exemplo que não deve ser seguido, até por suas simpatias pelo nazismo:

Achava que D. Sebastião se parecia com o seu primo José Bento, ali presente. Era um rapaz um pouco equívoco e distraído de coisas profundas, mas que apreciava a força das armas e grandes temas. A leviandade da certeza era o que o caracterizava melhor. (...) A guerra fascinava-o como a prova humana mais ativa; para ele, nada tinha de execrável e era, pelo contrário, uma medida de sanidade. (MTO, p. 69)

E o gosto pelos exercícios violentos não é o único aspecto a aproximar o jovem José Bento do jovem príncipe: “arranjou amigos novos e grosseiros com quem ia caçar e que faziam à sua volta uma corte de adula-dores.” (MTO, p. 73) Além desses, há outros biografemas, o que faz com que Belche veja nessa semelhança do primo com o monarca oportunidade para uma desforra: “Belchior pensava fazer o estudo do primo, liquidando-o numa espécie de biografia monumental cujo assunto era o rei D. Sebastião e a sua época.” (MTO, p. 70) Mesmo em outros personagens, há uma presença difusa dos biografemas, como na tia que sofre de uma misteriosa hemorragia ou Josefina, a amada que

Tinha olhos grandes, pretos, e um sinal na face esquerda, como D. Joana, a mãe do Desejado, a menos que em D. Joana fosse uma cagadela de mosca no quadro das Carmelitas Descalças. (MTO, p. 84)

Há sim um gosto de vingança na escrita de Belche sobre José Bento/D. Sebastião:

O modelo, fugaz, de resto, foi o seu primo José Bento. Primeiro, sempre o vira habitar um mundo de imagens flutuantes, quer fossem as tias ou a irmã, Paulina, extremamente ávidas de sua presença. Ele repudiava-as amavelmente. Parecia concentrado no tipo marcial, ligeiramente tenebroso na sua ambigüidade sentimental que sempre bania as mulheres. (MTO, p. 124)

Todavia, há mais que desforra – há autoconhecimento:

Mas o propósito básico era medir a sua própria razão e a consciência das situações vitais que lhe pareciam comprometidas na casa, no lugar, na nação, à medida que a década de cinquenta se esgotava. (MTO, p. 125)

Em Belche encontramos um espojar-se na derrota que porventura muito compõe a famosa saudade portuguesa, um gosto pelo que se deixou de ser, e talvez isso tenha muito a ver com o sebastianismo, culto de um rei fracassado. Diz o narrador:

Surgia então aquele mórbido gosto do fracasso, do erro póstumo que outros iriam abrir como um abcesso raro. (...) Por isso Belche escrevia livros falhados, duma beleza vertical e dados históricos deliberadamente falsos. (MTO, p. 132)

Assim, pode-se inferir que Belche fez antes literatura que história. Nada mais em dia com o nosso tempo de metaficção historiográfica, e nada mais sebastianista, e isto muito nos interessa. E mais: criando-se naquela Casa da Teixeira repleta de mulheres, Belchior tem aquela maneira que identificamos em Lucette Valensi, uma sensibilidade para os murmúrios, ruídos e cochichos, e assim, pela ousadia da ficção, pode-se chegar à verdade íntima que está interdita à ciência da história:

Mais do que a História, Belche amava os seus sussurros e a maneira ousada de os interpretar. Tinha o gênio da probabilidade, e talvez, como seu próprio pai, sentia uma certa tentação em pairar entre o erro e a certeza, concedendo a ambos armas e condições. (MTO, p. 140)

Há que estarmos atentos à família Teixeira, seus domínios, seus arredores, microcosmo daquele Portugal em que tudo vai adquirindo um cunho doméstico, mesmo os santos são coisa nossa, como santo Antônio de Pádua, que em verdade é de Lisboa, e é chamado pelas pessoas do povo de “o nosso santo Antoninho”. No romance de Aquilino Ribeiro, um D. Sebastião incógnito e no exílio sonha com a volta ao reino misturando pátria e esse catolicismo doméstico: “julgou-se na sua capela de Lisboa, com a virgem vestida ao estilo da terra, o arzinho modesto e humano de Maria, e mais nada” (AMA, p. 185). Tudo precisa ter essa proximidade, essa intimidade: as coisas são boas porque são nossas. Dessa forma, quando o mosteiro nas proximidades da Casa da Teixeira se tornou asilo de doentes

mentais, lá passaram a ocorrer pantomimas envolvendo um rei e um general de hospício, uma corte farsesca, como que levando ao grotesco as já de si aberrantes farsas dos falsos D. Sebastião. E é dessa sucessão de situações familiares e pátrias que Agustina vai sacando uma maneira de viver e de ver Portugal, até que chega ao ponto: o livro que Belche escreve é

Obra sebastica que acabou em ensaio sobre o medo. Falar ou escrever sobre agressividade numa sociedade de raiz contratual, onde a idéia fundamental era o negócio e não a administração dos territórios, parecia despropositado. Mas não havia povo que iludisse a agressividade com métodos mais eficazes, isto Belche tinha a certeza. Não era um povo governável; era só movido por certo capricho tendencioso, impenetrável à política. A contradição habitava nele como uma alma à medida das circunstâncias. Belche pensava que o sebastianismo era o sumário dessa contradição. (MTO, p. 156)

“O medo” é o título da última parte do romance de Agustina Bessa-Luís e também é o livro de Belchior Teixeira. Querendo explicar ou entender a si mesmo e ao primo, Belche faz uma leitura psicologizante de D. Sebastião, investiga os terrores infantis do monarca, com o que faz uma leitura da nação. É preciso sim se pôr no cerne da contradição para compreender que movimento é esse que anima o personagem: “Belche pensava que D. Sebastião procurou uma saída sem aceitar a evidência. A evidência era a sua realidade pessoal, corpo invencível e robusto e alma feminina.” (MTO, p. 162) O que havia não era então o feito militar, mas uma afirmação diante do mundo adulto, uma busca de equilíbrio e maioria por parte daquele que, sendo o rei coroado, nunca deixou de ser um infante. Vivo, D. Sebastião não foi o pai, mas o filho da pátria, o filho pródigo da pátria:

em vez de guerra e glória faustosa e extravagante, talvez o jovem rei buscasse apagar-se na área temporo-espacial onde a sua integração fosse mais do que um conflito histórico; fosse, em suma, o enfrentamento do homem com o seu medo. (MTO, p. 172)

Mas não, o medo não pode ser derrotado ou iludido, porque o príncipe na estava à altura do enfrentamento que se propôs. Foi para sempre o infante ou a donzela:

Chegava ainda à realidade sebástica; o príncipe era, nem mais, filho da mística real engendrado no orgulho. Nem cristão, nem guerreiro. Não falava alto no coro e não profanava sepulturas? Não se lançava nos desertos, sem escolta e sem mantimentos para o seu exército? Onde o estratega, o homem de planos? O seu coração, como o da mulher, era um saco de sangue mas não um órgão soberano. E então Belche chegou ao ponto culminante do seu livro: D. Sebastião era uma mulher. (MTO, p. 187)

Talvez a hipótese seja exagerada e delirante, mas se tratava de um tempo de delírio:

A época da cavalaria encontrava-se andrajosa e desprestigiada; o pícaro substituiu o cavaleiro andante, e o próprio rei adquire o estigma do bufão (...) a história sebástica, pura invenção em que participa todo um povo. (MTO, p. 212)

Já na quinta parte do livro de Agustina, já no que seria o livro de Belche, muito no início anuncia-se que se está a procurar um viés muito próprio, que seria talvez a coroação de mais de quatro séculos de escrita sebástica: “Quando me propus a escrever uma história sebástica, não me iludiram os caminhos já trilhados. Em todos vi maneiras e consentimentos e pouca liberdade de interpretação.” (MTO, p. 238) O comentário de Belche chega a ser cruel, e muito certamente Agustina quer que seja cruel, com os colegas historiadores:

O que há de terrível na História, quer dizer, falseador, é que ela é feita com a pena da classe média, de baixa inspiração e, para mais, grosseiramente molarizante. Tudo são princesas virtuosas e devotas; ou então homens mesquinhos na sua estreita vida de impassível mando. (...) O sectarismo, o mecanismo político, a sensibilidade deformante do historiador coevo, bastam para produzir monstros e, com eles, satisfazer meio mundo de mórbidos e ignorantes. (MTO, p. 242)

Na condição de diletante, Belche pode adentrar meandros que seriam uma barreira para o historiador oficial, pode arriscar-se em interpretações mais livres e ousadas, mais literárias com certeza, e porventura mais verdadeiras (como Mario Pontes assinala sobre uma certa literatura gaúcha), pode estar atento ao indivíduo, procedimento que repugnaria um ortodoxo profissional da história, que é uma das ciências sociais.

Entrando pela psique do monarca, nosso historiador apresenta-o como uma criança querendo atenção, um ator vaidoso:

Mas Sebastião tem um objectivo: não é triunfar, é impressionar. (...) Aos oito anos, fala como um iluminado (...) Vive em defesa e não no risco, esse príncipe a quem a realidade exterior faz tremer; a quem o ofício de reinar desilude, a quem as responsabilidades da vida adulta deixam ofendido. (MTO, p. 247)

Tanto faz que produz uma super-realidade e com ela contamina aqueles que de uma certa forma lhe estão próximos:

A ficção em que se instala é tão bem assegurada que os seus amigos e jovens vassallos aderem a ela. (...) Ele não é na realidade um rei; adopta a natureza dum rei, não deixando que se isso se pareça completamente à realidade.

... Vagueia nesse ermo, sem companhia, nem a da sua alma, que não a tem. Tem só um indiscriminado desejo de aplauso, e, para isso, enfrentaria todos os riscos. Ele é uma imitação do heróis.

... Mas a ficção que ele lhes concedia era mais empolgante do que a realidade. A realidade era um reino pobre e devorado pelas ordens religiosas, meirinhos ávidos e juizes analfabetos. (...) É preciso que a área toda do reino seja coberta pela ilusão teatral. (MTO, p. 251-53)

Mesmo sem simpatia pelo rei desaparecido, mesmo vendo-lhe os defeitos, Belchior Teixeira não deixa de sair em sua defesa, já que seus críticos são rasteiros:

Com o actor, é vaiado pelo senso comum, e a História, vasta tela do senso comum, exerceu os seus direitos a ponto de o deturpar.

D. Sebastião nunca procede como um desequilibrado. É um extravagante, ou antes, um original, e a profundidade do espaço onde se move tem muito de comum com os quadros surrealistas, o onírico transborda da verdade. (MTO, p. 257)

E essa recusa da realidade também é uma recusa do modelo de masculinidade vigente no seu tempo:

Em D. Sebastião assiste-se à constante recuperação dum modelo viril capaz de equilibrar a condição interior feminina. É nos con-

ventos, onde se refugia com assiduidade, e em contacto com homens cuja atividade doméstica (porteiros e cozinheiros) de modo os relaciona com uma simples natureza feminina, que ele parece mais à vontade. (MTO, p. 266)

Apesar do seu gosto pelo teatral e a exibição, temos aqui um homem que busca a maneira de ser feminina cultivada por homens obscuros, homens que não se entregam à bazófia, à feroz competição que é o mundo masculino rotineiro. Por isso,

Não há dúvida de que D. Sebastião foi uma figura interessante. Não como exemplo de utopia ou continuador de rotas comerciais, mas como um portador de ruínas, que é a mais profunda vocação do homem. (...) Pelo que já foi notado que a vida é um insucesso, não importa se breve, se extenso. A repercussão que teve Alcácer Quibir ainda hoje actua como uma espécie de escarificação do insucesso, transformando-o em epifania indispensável ao curso de nossas vidas. (MTO, p. 268)

Mas não, o jovem monarca não tinha as coisas assim tão resolvidas e pacíficas dentro de si, porque nunca foi vencido o medo:

Este foi o seu companheiro de toda a vida, o laço mais firme que determinou todas as suas atitudes e fez de um jovem delicado um insensato, movido entres as suas angústias e o prazer progressivo de as eliminar. (MTO, p. 272)

Assentámos em que D. Sebastião foi desde menino acometido de espanto fóbico, quer dizer, de medo tão violento que o seu orgulho padeceu para sempre dessa afecção. (...) É sabido como a pessoa assim atingida no seu sistema caracterial utiliza todos os meios e emprega todos os esforços, até os mais astuciosos, para esconder o medo e até os processos de o vencer. Torna-se portanto desafiador e colérico. (MTO, p. 289)

Com isto, não reinou, pois tinha coisa mais importante a fazer, isto é, desafiar os próprios fantasmas. Foi buscar a si mesmo no Marrocos, onde se perdeu e nos perdeu, diriam o lusitanos: “Habitado a pôr os negócios na mão do preceptor e do seu irmão, D. Sebastião reputava só como digna de um príncipe a sua guerra de África.” (MTO, p. 292) E foi deste modo que “D. Sebastião amadureceu para a catástrofe.” (MTO, p. 292) O

caminho que leva ao conflito no Magreb é esmiuçado por Belche no que representa de exteriorização dos conflitos íntimos do príncipe:

Trata-se já de um comportamento de desafio que mais tarde se estabiliza no próprio prazer de ter medo. Prazer que vai até a maior afrontação do perigo e ao vivo gesto da provocação que inclui todas as descortesias, impertinências e desordens da afectividade. (...) A guerra é, para um tal príncipe, a ritualização do medo. Em toda a sua vida passa o pensamento mágico da sua sobre-humana qualidade, a super-ocupação dos seus treinos, corridas, perseguições. (MTO, p. 299-300)

Há mesmo frenesi e vertigem na sua atitude:

Era bem um gosto secreto o que assim arrebatava o rei; o gosto do jogador que empalidece e treme perante a jogada e a leva por diante só porque ela lhe incute terror. (...) Mas aquele vício de juntar o medo à glória era coisa mais excitante. (MTO, p. 302-303)

O que faz lembrar um verso de Abel Silva: “O medo é o *swing* da coragem.” Em Agustina Bessa-Luís, na sua literatura de sabedoria, temos então uma leitura psicologizante da figura de D. Sebastião, uma leitura atenta a como os papéis masculinos e femininos, bem como o embaralhamento de uns e outros, informam e iluminam a trajetória do príncipe. Parece que vivo ele nunca chegou a ser adulto, já que nunca superou seus terrores infantis. “Se meu filho nem nasceu, eu ainda sou o filho”, dizem os roqueiros do Ira! Apenas com a morte, e morte monumental, Sebastião se emancipa, deixa de ser o filho e, encoberto, continua a ser desejado: há o desejo de que volte para ser o pai da pátria, o redentor, aquele que virá para nos redimir. Na literatura, isso ocorre *na Aventura maravilhosa* de Aquilino: D. Sebastião volta para a península Ibérica e retoma Portugal que estava tendo por cabeça o espanhol Filipe II, já moribundo. O monarca de Espanha apresentava, em relação às casas reais dos dois países da península, uma figura de pai e assim, no romance de Aquilino, D. Sebastião alcança sua condição de adulto por arrebatá-la desse pai arruinado pela doença e por fim morto. O desejo de um pai novo, que não traga velhos vícios e doenças, certamente nos diz muito, neste momento delicado da vida brasileira, em que um projeto político vai nos deixando em orfandade, enquanto no mundo todo as mulheres mais e mais vão conquistando espaços, ao passo que os homens ficam perplexos.

RESUMO

Breve análise de elementos sebásticos e figurações de D. Sebastião na literatura portuguesa a partir do trabalho de duas historiadoras para então se dedicar a algumas obras ficcionais relativamente recentes, principalmente *O mosteiro*, de Agustina Bessa-Luís. Por meio da relevância da figura do messias político, são feitas aproximações entre Portugal e Brasil, além de se tentar compreender o que significa o feminino na legenda de D. Sebastião.

Palavras-chave: *D. Sebastião; identidade; feminino.*

ABSTRACT

This is a short analysis of sebastie elements and appearances of D. Sebastião in Portuguese literature. We start from the work of two historians and then focus on a few somehow recent fictional works, especially *O mosterio*, by Agustina Bessa-Luis. Based on the relevance of the image of a political messiah, we draw comparisons between Brazil and Portugal, and furthermore try to comprehend the significance of feminine in D. Sebastião's legends.

Key-words: *D. Sebastião; identity; feminine.*

REFERÊNCIAS

- BESSA-LUÍS, Agustina. *O mosteiro*. 3. ed. Lisboa: Guimaraes, 1984.
- FARIA, Almeida. *Cavaleiro andante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- _____. *O conquistador*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JABOR, Arnaldo. Houve mais uma revolução fracassada. *O Estado de S. Paulo*, 28 jun. 2005.
- _____. Esta crise não é política, é psiquiátrica. *O Estado de S. Paulo*, 16 ago. 2005.
- JOÃO ANTÔNIO. *Lambões de caçarola*: 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- MACEDO, Helder. *Vícios e virtudes*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PONTES, Mario. Prefácio. In: HOHLFELDT, Antonio. *O gaúcho*: ficção e realidade. Rio de Janeiro/Brasília: Antares/INL, 1982.
- RIBEIRO, Aquilino. *Aventura maravilhosa*. Lisboa, Bertrand Editora, 1985.
- SABINO, Amadeu Lopes. O iluminado. In: _____. *O retrato de Rubens*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.